

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: CONDIÇÕES DE VIDA, INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

Milko Matijascic

Técnico em planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea

O presente estudo pretende investigar melhor as condições de vida, a inserção no mercado de trabalho e a remuneração dos professores da educação básica, que atuam nos ciclos de educação infantil, ensino fundamental e médio.

As condições de vida dos professores quando comparadas às da população ocupada em geral são melhores. Isso se deve ao fato de os níveis de remuneração da população ocupada em geral ser, em média, inferiores aos dos professores, o que gera problemas de inserção no mercado de trabalho. A forte presença de professores em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo requer atenção. As dificuldades de renda evocadas pela Meta 17 do PNE também se refletem em uma reduzida presença na condição de pessoa de referência e podem afetar uma menor propensão a ter filhos. Sob o prisma demográfico, mas com efeitos importantes sobre o mercado de trabalho, a dominância da condição feminina é um fator importante e a relativamente baixa incidência de negros entre os professores da educação básica exige atenção.

A classificação entre os diversos empregadores de professores da educação básica revela que as escolas públicas, com destaque para as estaduais seguidas mais à distância pelas municipais, apresentam, em geral, melhores indicadores. As federais oscilam bastante em função de seus arranjos diversos. As escolas privadas possuem indicadores piores, como no caso da formação de professores e grau de sindicalização em quase todas as regiões brasileiras. As diferenças entre regiões não são desprezíveis e refletem as diferenças de condições econômicas e sociais existentes no Brasil. No entanto, são as diferenças entre locais de domicílio que apresentam uma diferença ainda mais relevante.

A remuneração dos professores é relativamente baixa em um contexto nacional e varia bastante entre regiões e, mais ainda, por local de residência e tipo de empregador. A instituição de uma nova realidade,

na qual o salário médio será equivalente à média dos profissionais com nível superior completo, deve mudar essa realidade para melhor, mas a heterogeneidade no Brasil tende a persistir. Nesse sentido, se o perfil de remuneração dos professores da educação básica se tornar mais homogêneo no território brasileiro, sua situação social será de destaque em localidades com menor população e poder econômico, pois os níveis médios de renda dessas cidades ou regiões é menor. Já nas regiões mais desenvolvidas, a disparidade pode continuar elevada, pois a presença de mercados laborais mais dinâmicos demanda profissionais com maiores níveis de instrução. Por outro lado, propor salários com diferenciação regional pode estimular a manutenção da desigualdade.

Ao observar a situação dos professores e de suas famílias em relação à média brasileira, as condições de vida e de trabalho são melhores. Isso pode se explicar pelo fato da maioria absoluta do contingente de trabalhadores estar inserido em ocupações mais precárias ou dotadas de frágeis relações laborais. O professor é basicamente um assalariado, cujos direitos sociais são respeitados e o nível de rendimentos, embora seja limitado, não o coloca em uma situação de pobreza relativa ou absoluta. Existem professores que se inserem em condições de trabalho mais frágeis e isso implica em uma situação familiar dotada de carências e requer atenção por parte dos formuladores de políticas públicas, ainda que isso seja de limitada envergadura.

A situação mais favorável do professor em relação à média da população não significa que a situação seja boa. Existe um razoável consenso com vistas a valorizar o salário dos professores para atrair profissionais melhor qualificados. Isso poderia elevar a qualidade da educação no Brasil, onde os resultados em matéria de consolidação de conhecimentos e capacidade de raciocínio por parte dos alunos deixam a desejar. Os indicadores relativos ao mercado de trabalho

dos professores ajudam a lidar com os problemas existentes no Brasil.

Existe um número minoritário, mas não desprezível, de professores com mais de um emprego, seja ele docente ou não. Isso dificulta o dia a dia no traslado entre instituições e no envolvimento com cada uma delas. Escolas com melhores níveis de avaliação apontaram que a inserção do professor em um único estabelecimento era um dos pré-requisitos essenciais para atingir esse resultado. Nesse sentido, o aumento dos salários e a potencial redução do número de horas de atividade em sala de aula com vistas a aumentar o tempo de preparo das aulas, atendimento dos alunos e em atividades de planejamento parece ser um caminho promissor para reverter muitas das dificuldades existentes no Brasil.

Outra medida importante é o aumento da qualificação dos professores para que ela seja, no mínimo, equivalente ao ensino superior. O nível de formação ainda é precário no Brasil, pois existe um número médio de 10% nas esferas federais e estaduais de professores com ensino médio em regiões metropolitanas, e isso piora em áreas urbanas não metropolitanas. Em escolas municipais, sobretudo naquelas da iniciativa privada, os números podem equivaler, no último caso, a um terço do total.

O patamar de sindicalização pode ser considerado relativamente elevado se comparados à média dos trabalhadores brasileiros, mas é acanhado por ser inferior a 50% e em comparação com sociedade de maior nível de desenvolvimento também requer atenção. Os sindicatos são veículos legítimos para barganhar melhores condições salariais e de trabalho que, como é bem sabido, são necessárias para melhorar a qualidade da educação oferecida à população.

SUMÁRIO EXECUTIVO